

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.091 - RJ (2019/0296009-6)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : GILCELIO JONATA VIEIRA
ADVOGADO : GILCELIO JONATA VIEIRA - RJ173121
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : FRANCISCO THIAGO DE AZEVEDO SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

HABEAS CORPUS ESTELIONATO. VEDAÇÃO AO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. EXCESSO DE PRAZO NA LAVRATURA DO ACÓRDÃO DO *WRIT* ORIGINÁRIO. INOCORRÊNCIA. PRISÃO FUNDAMENTADA. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. INEVIDÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.
Petição inicial indeferida liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de **Francisco Thiago de Azevedo Silva**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (HC n. 0024678-16.2019.8.19.0000).

Narram os autos que o Juízo da 2ª Vara da comarca de Valença/RJ (Autos n. 0004373-52.2015.8.19.0064) condenou o paciente a 2 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do crime de estelionato. Na oportunidade, foi negado o direito de recorrer em liberdade.

A defesa, então, impetrou *writ* na origem, que foi julgado em 27/8/2019.

Neste *mandamus*, o impetrante sustenta a existência de excesso de prazo na lavratura do acórdão do *habeas corpus*.

Destaca que, até a impetração deste *writ*, a movimentação processual indicava que o feito estava concluso para lavratura do acórdão.

Menciona, ainda, que não há fundamentação idônea para a decretação da prisão na sentença condenatória.

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para que seja expedido alvará de soltura em favor do ora paciente.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

O *writ* não comporta seguimento.

A uma, porque, em consulta à página do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro na internet, constatei que o acórdão do HC n. 0024678-16.2019.8.19.000 foi lavrado em 1/10/2019 e publicado em 3/10/2019. Assim, cessado o excesso a que se refere o impetrante.

A duas, porque, na sentença condenatória, sobre a prisão cautelar, o Magistrado assim se manifestou (fl. 53 - grifo nosso): *Saliento a necessidade de custódia preventiva para garantia da ordem pública, uma vez que se trata de réu recorrente na prática deste tipo de delito, trazendo o risco de reiteração delitiva, assim como para assegurar a aplicação da lei penal, pelo acusado se encontrar em local incerto e não sabido.*

Assim, apresentada fundamentação idônea para a prisão, não há falar em constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro** liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator